

REVISTA HISTÓRIA EM CURSO, V. 7, N°. 11, Dez. 2025

REPRESENTAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA EM *ESAÚ E JACÓ* (1904), DE MACHADO DE ASSIS

SOCIAL AND POLITICAL REPRESENTATION IN *ESAU AND JACOB* (1904), BY MACHADO DE ASSIS

HENRIQUE BARROS FERREIRA¹

Data em que o trabalho foi recebido: **27/01/2025**

Data em que o trabalho foi aceito: **26/04/2025**

¹ Doutorando em Literatura Brasileira pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: henriquebarrosv@gmail.com; Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-6251-9599>.

REPRESENTAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA EM *ESAÚ E JACÓ* (1904), DE MACHADO DE ASSIS

RESUMO

Em *Esaú e Jacó* (1904), Machado de Assis retrata a elite do fim do Segundo Reinado de modo realista, isto é, incorpora elementos sociais externos à dimensão interna da ficção, articulando uma relação dialética entre o texto e o contexto. Analisaremos a presença da dimensão histórica presente na construção de uma narrativa com personagens vinculados à alta sociedade do país, cada qual exibindo comportamentos e visões próprias a respeito das questões políticas. Personagens e narrador personificam e exemplificam comportamentos e ideias de uma realidade história concreta, que a ficção retrata de modo particular e com sentido próprio, expondo na obra uma leitura das contradições de uma política representada por interesses privados e desigualdades. O romance de Machado de Assis figura o aspecto superficial das discussões políticas e a perpetuação das estruturas de poder, que na fatura da obra implicam na dissociação entre a vida política e os problemas concretos da sociedade e a falta de um projeto nacional inclusivo.

Palavras-chave: Realismo. Política. Machado de Assis.

SOCIAL AND POLITICAL REPRESENTATION IN *ESAU AND JACOB* (1904), BY MACHADO DE ASSIS

ABSTRACT

In *Esau and Jacob* (1904), Machado de Assis portrays the elite of the late Second Empire in a realistic manner — that is, he incorporates external social elements into the internal dimension of the fiction, establishing a dialectical relationship between text and context. We will analyze the presence of the historical dimension in the construction of a narrative with characters linked to the country's high society, each displaying behaviors and perspectives unique to the political issues of the time. Characters and narrator personify and exemplify behaviors and ideas from a concrete historical reality, which the fiction depicts in a particular way and with its own meaning, presenting in the work an interpretation of the contradictions of a politics shaped by private interests and inequalities. Machado de Assis' novel highlights the superficial nature of political discussions and the perpetuation of power structures, which, in the fabric of the work, imply a dissociation between political life and the concrete problems of society, as well as the absence of an inclusive national project.

Keywords: Realism. Politics. Machado de Assis.

INTRODUÇÃO

O realismo de Machado de Assis diz respeito à sua intenção consciente de representar criticamente a sociedade de seu tempo, fazendo-o por meio do enfoque do comportamento de grupos sociais particulares que são essenciais para tal compreensão. Os pormenores dos pensamentos e ações das personagens e narradores nos diferentes espaços da trama permitem entrever ao fundo a construção de um conjunto articulado, e “se ficarmos a uma certa distância, deixa entrever as grandes linhas de uma estrutura social” (SCHWARZ, 2012, p. 18). Suas obras partem de uma matriz histórica, um referente concreto que é absorvido e modificado na arquitetura de cada forma artística singular, dotada de feição própria e independente de sua matéria inicial, que subsiste através da reelaboração estética. A historicidade de sua narrativa advém desse procedimento que articula “correspondências estruturais entre literatura e vida social” (SCHWARZ, 1999, p. 28), movimento no qual o conhecimento sobre o desenvolvimento da sociedade permite aprofundar o entendimento da configuração ficcional, e vice-versa. Nesse sentido, a dimensão realista de sua produção ultrapassa o escopo restrito da escola Realista, pois diz respeito a um sentido mais profundo da intenção figurativa, podendo-se valer inclusive de recursos antirrealistas para plasmar conteúdos concretos, como o exemplo do defunto autor em *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881). Partindo desses pressupostos, o objetivo do presente trabalho é analisar a integração dialética dos elementos externos à fatura interna de um dos últimos romances de Machado de Assis, bem como comentar os significados que são dados aos eventos dentro da narrativa.

No romance objeto deste estudo, *Esaú e Jacó* (1904), estão expressos diferentes comentários e visões das personagens sobre a política, e mesmo que esses comentários pareçam anódinos ou cômicos ao leitor de hoje, constituem uma dramatização de pontos de vista historicamente existentes no próprio meio social do fim do Segundo Reinado. Por mais diferentes que possam ser as visões políticas e atitudes de personagens como Batista, Dona Cláudia, os gêmeos Pedro e Paulo e do conselheiro Aires, suas posições têm em comum uma deturpação do que deveria ser a prática política, como buscaremos discutir mais à frente.

Outro ponto em comum a essas personagens é o seu pertencimento à alta sociedade que dirigia a política no Segundo Reinado, contendo algumas nuances que contribuem para fundamentar materialmente o perspectivismo de visões, bem como o de dar verossimilhança à representação desse momento histórico retratado. Batista e Dona Cláudia pertencem a uma ala tradicional dessa elite,

vinculando-se às famílias com grandes fazendas, possuidores de grande número de escravos e com títulos de nobreza. Os gêmeos Pedro e Paulo, por sua vez, representam uma ala aparentemente sem laços com a oligarquia latifundiária que teria ascendido socialmente com as possibilidades abertas pelas modernizações econômicas pelas quais passaram o país, que vai constituir uma elite urbana de comerciantes e banqueiros. Apesar dessa aparente oposição, a burguesia e a aristocracia latifundiária se coadunam em um mesmo grupo social em prol da manutenção de uma estrutura social desigual que exclui e explora a grande maioria dos brasileiros. Por isso há, no romance, uma convivência muito próxima desses grupos no ambiente privado de suas casas, em encontros recorrentes de socialização, como também nas idas ao teatro e a eventos da Corte, como o caso do Baile da Ilha Fiscal que aparece no romance.

O caso da personagem Aires é o de que não temos quase nenhum indício de sua origem — o que por si só já é algo que chama a atenção nesse meio social em que se valoriza muito o contexto de nascimento das pessoas —, somente de que tem uma irmã que mora em Andaraí e de que ingressou na máquina pública por meio do exercício da diplomacia. Ainda que não saibamos exatamente a sua origem social, essa já não era uma questão de suma importância nessa sociedade que começava a se modernizar e a possibilitar a ascensão social de uma pequena parcela de homens livres, desde que afinados com o projeto de poder da elite no comando do país (Boucinhas, 2016). O que importa para nossa análise é que Aires também está inserido na teia de relações da elite dirigente do Segundo Reinado, corroborando para a manutenção do modo de funcionamento dessa sociedade e reafirmando o *status quo* da alta sociedade fluminense.

Centralizando o enredo em figuras pertencentes à elite ou que circulavam nesse meio, Machado de Assis lança luz sobre as transformações que ocorriam na estrutura de poder do país e as consequências dessas mudanças na formação da sociedade. O desenvolvimento histórico do país está no centro da narrativa machadiana de uma maneira indireta, mas determinando diretamente todos os elementos de seus enredos, desde as ideias e sentimentos que as personagens expressam aos seus modos de se vestir e de se portar socialmente. Nesse sentido, buscaremos analisar o perfil social e a visão da política que possuem aquelas cinco personagens mencionadas, que acreditamos serem reveladoras de como o autor buscou lançar um olhar crítico sobre a situação política e os grandes acontecimentos que a sociedade brasileira vivenciava no final do século XX. Mais especificamente, veremos como Machado representa os debates de sua época entre conservadores e liberais e sobre a continuidade da monarquia ou a instauração de uma república a partir de pontos de vista singulares,

revelando a lógica universal da conciliação política que operava na sociedade e que dava um outro sentido para essas discussões.

BATISTA E DONA CLÁUDIA

Batista talvez seja a personagem mais diretamente envolvida com a lida política, por se tratar de alguém diretamente filiado a um partido, o conservador, e por já ter exercido cargo de peso na máquina administrativa, tendo sido presidente de província no interior (o que hoje equivale a ter sido governador de um Estado da federação). Quando ele aparece na estória, já havia sido exonerado de suas funções, e a personagem atribui esse fato a um episódio eleitoral em que seu partido teria perdido as eleições locais; contudo, se observarmos bem os fatos narrados, as notícias que temos de sua gestão nos mostram um político de perfil interventor, que se utiliza do poder imbuído a ele para beneficiar diretamente seu grupo político e a sua família.

Sobre o episódio das eleições, Batista não mostra nenhum decoro em comunicar que utilizou de todos os meios possíveis para influenciar o resultado eleitoral, cogitando até mesmo em eliminar os seus adversários: “Cerquei igrejas; nenhum amigo pediu polícia que eu não mandasse; processei talvez umas vinte pessoas, outras foram para a cadeia sem processo. Havia de enforcar gente? Ainda assim houve mortes no Ribeirão das Moças” (Assis, 1988, p. 73). O autoritarismo de seu mando político não é questionado em nenhum momento, dando a entender que era uma prática comum e até esperada no seu meio político. Não por acaso, a personagem acredita que o problema de sua gestão foi o de não ter intervindo mais e de forma mais agressiva.

Logo após os comentários sobre o processo eleitoral, o narrador nos dá notícias de um processo investigativo levantado por um jornal da oposição, em que haveria um desvio das finalidades da administração pública para beneficiar a um grupo privado — no caso, a sua própria família. Tratava-se de “um negócio de águas, concessão feita a um espanhol, a pedido do irmão da esposa do presidente. O pedido era verdadeiro, a imputação de sócio é que era falsa” (Assis, 1988, p. 73). Chama a atenção que Batista não chega a se dar ao trabalho de negar a sua atuação em favor de alguém próximo, buscando apenas atestar que não teve ganhos nesse processo. Contudo, não podemos acreditar nas palavras da personagem, visto que ela mesma se entrega durante as acusações, dizendo que estava na Espanha (provavelmente com o irmão de sua esposa) e fazendo troça da situação ao mandar os seguintes versos à oposição: “Cunhados e cunhadíssimos;/ É certo que são vivíssimos!”,

que nos parece uma confissão explícita dos benefícios que colhia àquela altura de seu mandato. Afinal, se não era sócio, o que fazia ele viajando com o ganhador da concessão? Isso nos leva a crer que Batista acreditava na impunibilidade de suas ações, tanto que sequer faz questão de esconder os elementos que atestam ter praticado corrupção ou em relatar as atrocidades cometidas durante as eleições locais.

A superficialidade com que Batista encara as questões do jogo político são reiteradas pela perspectiva que sua esposa, Dona Cláudia, tem dos embates políticos. Além de estar envolvida no caso da corrupção da concessão (ainda que indiretamente), considera importante estar inserida na administração política para usufruir do renome e da distinção social com que era tratada: “Tudo anunciado, as visitas a bordo, o desembarque, a posse, os cumprimentos... [...], com as suas cortesias longas e demoradas, todas em ângulo ou em curva, e os louvores impressos” (Assis, 1988, p. 74). Como se vê, para ela as questões políticas são um meio de adquirir distinção social e de ornar a sua pessoa, pois está interessada apenas em ser o centro das atenções no meio em que circula. Pouco importa as responsabilidades do cargo do marido ou as falcatrusas cometidas por ele, desde que ela continuasse sendo tratada como alguém de grande renome e sendo bajulada por todos, tanto que quando o marido é exonerado ela não quer deixar a província para ir à capital, onde não seria tão conhecida como no interior e consequentemente não teria o mesmo tipo de destaque na alta sociedade. A sua vontade de ser o assunto e de se fazer conhecida era tamanha que gostava até mesmo dos ataques desferidos pelos liberais ao marido:

As mesmas descomposturas da oposição eram agradáveis. Ouvir chamar tirano ao marido, que ela sabia ter um coração de pomba, ia bem à alma dela. [...] A folha da oposição era a primeira que D. Cláudia lia em palácio. Sentia-se vergastada também e tinha nisso uma grande volúpia, como se fosse na própria pele; almoçava melhor. (Assis, 1988, p. 74-75).

A superficialidade de Dona Cláudia é tamanha que, buscando permanecer ligada ao meio político, e vendo a ascensão dos liberais ao poder no final do Segundo Reinado (e imaginando uma longa permanência deles no poder), começa a sugerir ao marido que mude de posicionamento político, aderindo ao grupo que ascendia ao poder naquele momento. No capítulo XLVII podemos acompanhar o embate que principia entre os dois a respeito do assunto, no qual Dona Cláudia tenta convencer o marido a ir ao Baile da Ilha Fiscal, que seria uma festa dada pelo partido liberal; frente à resistência de Batista, ela utiliza a imagem do baile para tentar mover-lo a mudar de opinião e se distanciar dos conservadores: “Você estava com eles, como a gente está num baile, onde não é preciso

ter as mesmas ideias para dançar a mesma quadrilha” (ASSIS, 1988, p. 103). Apesar da resistência inicial, o marido vai cedendo aos poucos, e apesar de não assumir imediatamente o seu pendor em passar para o lado dos liberais, é o que vai fazer em um momento posterior do enredo.

Em meio à argumentação de Dona Cláudia, ela nos traz uma informação importante, de que Batista possui amigos no governo vigente e deveria lhes pedir um cargo político. Isso nos mostra que havia toda uma rede de relações entre os dois grupos políticos, que historicamente tinham uma mesma origem social na elite, não havendo assim nenhuma contraposição de classe nem de ideias no debate entre conservadores e liberais. Esse fato nos leva a questionar todo o relato anterior sobre o embate político de quando Batista estava exercendo um cargo político pelos conservadores, e a representação do conflito político na visão dessas personagens ganha ares de uma comicidade explícita devido à completa ausência de princípios dos dois e de qualquer consideração séria a respeito do exercício do poder público.

A prática política figura então como um meio de defender os interesses privados do casal, que tem como projeto de vida a permanência indefinida no seio da máquina pública e manutenção de seu poder. Esse comportamento dos dois nos remete à definição do funcionário patrimonial, que não separa a esfera privada de sua vida pessoal da esfera pública da administração pública. Para esse perfil social “a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos” (Holanda, 2013, p. 146), o que nos ajuda a entender a desfaçatez com que se envolvem em um caso de corrupção e sequer se preocupam em dissimular ou ocultar os fatos do crime, pois, em sua visão, essa apropriação dos bens públicos em causa própria aparece para o casal como um direito natural.

Para o país e para a grande massa governada por eles, o sentido desse esvaziamento político só pode ser trágico, pois diz respeito ao total desinteresse da elite para com os problemas da nossa má-formação nacional. Essa má-formação em verdade é reafirmada e reproduzida no romance com essa dissociação entre as ideias políticas sobre a condução do Estado e os problemas pertinentes à vida cotidiana da população, que são praticamente desconsiderados no curso dos eventos históricos representados. Apesar de Gledson dizer que a produção machadiana se relaciona à ideia do Romance Histórico (Gledson, 2003, p. 73), tal assunto remete a uma tradição específica do romance inglês (mais especificamente a Walter Scott), e o curso dos eventos nacionais bem como a sua representação artística na obra de Machado possuem um significado oposto à relação sugerida pelo crítico. Se na

ideia de constituição de um Romance Histórico os homens de uma sociedade aparecem como os agentes de sua história, como seres ativos e sujeitos da transformação de seu país, o que observamos em *Esaú e Jacó* é que não há nenhum embate de classes sociais antagônicas oriundas de diferentes estratos sociais nem nenhuma transformação que decorra exatamente disso, bastando lembrar, a título de exemplo, que mudanças importantes como a Abolição da escravidão e a instauração de um regime republicano no país foram representados como transformações feitas pela a própria elite dirigente, isto é, sem participação popular efetiva.

PEDRO E PAULO

O enredo do romance dá grande destaque à oposição política dos irmãos gêmeos, que se colocam um como monarquista e o outro como republicano. Há elementos que reforçam essa questão, como o vínculo de Pedro com o Rio de Janeiro, a sede da corte e principal base material do poder imperial, e o deslocamento de Paulo para São Paulo, que por seu grande desenvolvimento econômico vai ganhando cada vez maior expressão no jogo de interesses nacionais e passa a colocar ideias contrárias às do regime monarquista.

Essa questão se torna explícita no momento da Abolição em 1888, quando Paulo escreve um discurso sobre o acontecido e remete uma cópia à sua casa, causando grande preocupação em sua mãe Natividade, que tinha grandes receios em não contrariar a figura do imperador. O trecho da carta que aparece na narrativa é o seguinte: “A abolição é a aurora da liberdade; esperemos o sol; emancipado o preto, resta emancipar o branco” (Assis, 1988, p. 86).

Primeiramente, chama a atenção o modo desigual com que a personagem equivale a situação de cativeiro e da falta completa de direitos dos escravos com a situação em geral dos brancos no mesmo regime, englobando aí não só os homens livres pobres dependentes do favor de membros de estratos superiores, mas também homens que possuíam grandes posses e que não dependiam de seu próprio trabalho para sobreviver. Isso põe em evidência a completa falta de tato social da personagem para reconhecer os reais problemas que afligiam o país, e o que é um problema sério de desigualdade social parece servir apenas para a composição de uma bela frase de efeito e marcar uma oposição algo vazia de significado, pois aparentemente a comparação não possui nenhum fundamento.

Outro fato relevante é quando os gêmeos vão discutir diretamente um com o outro sobre esses acontecimentos, mostrando terem consciência da base material que dá sustento a essas posições. Para Pedro, o que seu irmão apresenta “são ideias paulistas”, ao que Paulo retruca, afirmando que os argumentos de seu gêmeo “são ideias coloniais” (Assis, 1988, p. 100). Há senso no que dizem os dois, contudo, existe uma ironia na composição ao colocar dois irmãos gêmeos como meio de representar a polarização do debate da época.

Ao analisar a fatura do livro, observamos que há mais semelhanças do que oposição entre os dois, que são iguais em tudo: o seu jeito ao andar de cavalo é completamente idêntico um ao outro; em diferentes situações eles respondem às perguntas feitas de modo simultâneo, como quando lhes perguntam a data de seu nascimento (e apesar de darem uma resposta diferente, a data é obviamente a mesma, o dia 7 de abril de 1870) ou quando os dois simultaneamente atestam que Flora “está ficando bem bonita” (Assis, 1988, p. 84); e, fato mais curioso ainda, vão se apaixonar pela mesma garota, a personagem Flora, reiterando novamente a similitude entre os dois. O próprio narrador não deixa de emitir juízo sobre essa questão e comenta que “pareciam a sombra um do outro, se não era simplesmente a impressão do olho, que via dobrado” (Assis, 1988, p. 35). Até mesmo as divergências constantes das personagens parecem decorrer de um comum acordo entre os dois enquanto crianças, quando, após uma desavença, ao invés de serem castigados, recebem recompensas para que eles se reconciliem, e a lição que tiraram dessa situação é de que a divergência poderia lhes render muitas outras coisas no futuro. Mesmo que esse acordo se situe em um ponto algo remoto na infância dos gêmeos e pareça ser um evento isolado, quando colocado em conjunto com os outros elementos elencados ele adquire uma dimensão explicativa para os acontecimentos do enredo, reforçando nossa ideia de que a oposição política entre ambos é sem muito fundamento.

Seja como for, há um momento já bastante citado do enredo em que o narrador nos mostra os pensamentos que cada um dos irmãos tem acerca do regime político ideal:

A imaginação os levou então ao futuro, a um futuro brilhante, com ele é em tal idade. Botafogo teria um papel histórico, uma enseada imperial para Pedro, uma Veneza republicana para Paulo, sem doge, nem conselho dos dez, ou então um doge com outro título, um simples presidente, que se casaria em nome do povo com este pequenino Adriático. Talvez o doge fosse ele mesmo. Esta possibilidade, apesar dos anos verdes, enfunou a alma do moço. Paulo viu-se à testa de uma república, em que o antigo e o moderno, o futuro e o passado se mesclassem, uma Roma nova, uma Convenção Nacional, a República Francesa e os Estados Unidos da América.

Pedro, à sua parte, construía a meio caminho como um palácio para a representação nacional, outro para o imperador, e via-se a si mesmo ministro e presidente do conselho. Falava, dominava o tumulto e as opiniões, arrancava um voto à Câmara dos Deputados ou então expedia um decreto

de dissolução. É uma minúcia, mas merece inseri-la aqui: Pedro, sonhando com o governo, pensava especialmente nos decretos de dissolução. Via-se em casa, com o ato assinado, referendado, copiado, mandado aos jornais e às Câmaras, lido pelos secretários, arquivado na secretaria, e os deputados saindo cabisbaixos, alguns resmungando, outros irados. Só ele estava tranquilo, no gabinete, recebendo os amigos que iam cumprimentá-lo e pedir os recados para a província.

Tais eram as grandes pinceladas da imaginação dos dois. (Assis, 1988, p. 85-86)

O crítico John Gledson fez uma leitura acurada do trecho em questão, mostrando que a proclamada oposição entre suas visões do poder é apenas uma aparência que oculta a identidade: “para ambos, política é poder e os dois são atraídos pelos aspectos de cada regime que lhes permitem (contra os supostos princípios de ambos) exercê-lo” (Gledson, 2003, p. 198). Por serem personagens com boa instrução e que já participavam de alguma forma de grupos de discussão política, essa opinião dos gêmeos talvez destoe do que se podia esperar deles, isto é, uma opinião política fundamentada em convicções ideológicas, remontando de certa forma ao embate entre as diferentes concepções da época. Contudo, as expectativas do leitor nesse sentido são frustradas, pois a perspectiva de ambos expressa a mesma noção do poder estatal como expressão da vontade particular de um único sujeito, e curiosamente esse sujeito só pode ser um deles dois (Souza, 2006).

É compreensível a impressão que Gledson têm de que há um relativismo e até mesmo superficialidade ao se recompor dessa maneira o debate político do momento histórico representado (Gledson, 2003, p. 196-7), mas é importante também pensarmos o que essa falsa diferença pode revelar em relação ao funcionamento da sociedade brasileira.

Vale retomar que a queda do Império (1889) aconteceu sem grandes atritos na sociedade, e a Proclamação da República não se deu, por exemplo, como um desdobramento de um processo revolucionário tal qual se deu na Revolução Francesa, sendo no Brasil fruto de uma reacomodação de grupos distintos dentro da elite dirigente nacional. Isto é, a mudança de regime é reduzida a uma questão de alternância de grupos, pautada nas tentativas de atualização da base produtiva do país que começava a se modernizar. Essa modernização, contudo, não rompe completamente com o antigo modelo de produção baseado na grande propriedade de terra, possibilitando assim que grupos oligárquicos continuem se formando (como se deu com o ciclo do café em São Paulo) e mantendo o seu lugar na sociedade e a força de sua expressão no jogo político. O que queremos chamar a atenção nesse processo histórico é que a ascensão de uma classe burguesa não leva necessariamente a grandes transformações na estrutura social. Elas existem, mas são tímidas, principalmente para a grande

maioria que não tinha os meios para melhorar de vida naquele momento, como a população de ex-escravos que não foi incorporada ao setor produtivo nacional.

Desse modo, a superficialidade e o relativismo da oposição de regimes na visão dos gêmeos deixam de ser um problema da construção do livro e passa a apontar para um problema existente no contexto real da sociedade. A concepção dos gêmeos de um poder excludente baseado na autoridade particular de um indivíduo reflete, desse modo, o funcionamento real da estrutura social, que concentrava o poder político nas mãos de uma alta sociedade que faria todos os acordos e alianças possíveis para manter a ordem desigual vigente. Esse aspecto peculiar da composição põe em evidência que a intenção de Machado de Assis era não só de incorporar a história à sua ficção, mas também de construir essa representação com um viés crítico, revelando assim os impasses que impossibilitavam transformações realmente profundas na estrutura social do país (Souza, 2006, p. 166).

AIRES

No capítulo XII, intitulado “Esse Aires”, o narrador faz caracterização de Aires, homem que havia feito seu percurso na máquina pública e conseguido se alçar a diplomata de carreira. Sua perícia com a lida diplomática parece ser enorme, como fica sugerido na própria caracterização física que é feita da personagem, nos mostrando que há todo um modo peculiar de se portar que define o exercício da diplomacia: “Imagina só que trazia o calo do ofício, o sorriso aprovador, a fala branda e cautelosa, o ar da ocasião, a expressão adequada, tudo tão bem distribuído que era um gosto ouvi-lo e vê-lo” (Assis, 1988, p. 44). Ele também se mostra dotado de um grande conhecimento intelectual e político, vide as inúmeras referências a clássicos da literatura recorrentemente citados, o que inclusive parece ser uma das razões para que as pessoas de seu círculo social o procurem para ouvir a sua opinião sobre grande variedade de assuntos. Apesar de já estar aposentado e sem exercer o ofício da diplomacia, Aires não renuncia às habilidades que desenvolveu em sua profissão, trazendo-as diretamente para o seu convívio social com os civis da sociedade fluminense, habilidades essas que vão lhe render a alcunha de “conselheiro”.

Assim, a descrição nos apresenta um homem elegante e refinado, e seu próprio nome nos remete ao adjetivo “airoso”, que parece reiterar a caracterização dessa personagem em todas as

entradas do verbete: a) “que tem boa aparência ou bom porte”; b) que se caracteriza pela amabilidade ou delicadeza”; c) “que age conforme o decoro” (Michaelis, 2020). Nesse sentido, ele parece ser a própria encarnação desses valores, colocando-se em todo o enredo como um conselheiro da alta sociedade fluminense, sempre gentil em ouvir e dar seu parecer à causa alheia e, principalmente, que sabe guardar segredos e não contrariar o ponto de vista dos outros.

Em outro momento do mesmo capítulo XII, o narrador nos dá uma definição mais precisa dessa personagem, definição essa que será fundamental para entender o comportamento e posicionamento de Aires no curso de todo o enredo. Chamando-o de “cordato”, pode-se pensar que a intenção é defini-lo como alguém dotado de bom senso (o que corresponderia à sua prática política de diplomata), contudo, o principal sentido que parece definir essa figura é a de quem não discorda de nada nem de ninguém (Michaelis, 2020), agindo sempre de modo esquivo e conciliador frente aos acontecimentos (Gledson, 2003, p. 231):

Tinha o coração disposto a aceitar tudo, não por inclinação à harmonia, senão por tédio à controvérsia. [...] tinha que nas controvérsias uma opinião dúbia ou média pode trazer a oportunidade de uma pílula, e compunha as suas de tal jeito, que o enfermo, se não sarava, não morria, e é o mais que fazem pílulas. Não lhe queiras mal por isso; a droga amarga engole-se com açúcar. (Assis, 1988, p. 45)

Em todas as questões em que Aires é chamado a dar a sua opinião, ele se esquia o tempo inteiro de fazer um juízo certeiro e marcar sua posição perante os fatos, encobrindo sua real posição com comentários incertos e imprecisos. Ele constitui um ponto de vista isento, porém completamente implicado com a classe dirigente de nossa sociedade, que tem nele um forte aliado para a manutenção das desigualdades da estrutura social vigente.

Podemos dizer que na visão de Aires pouco importa o grupo que está no poder ou o modelo de regime vigente, pois passando a pertencer à alta sociedade da época segue sua vida como se o embate político não afetasse sua vida (e em certa medida não afeta, tanto por não precisar se envolver diretamente com o conflito pelo poder, bem como por já estar aposentado quando há a mudança de regime no país). Assim, o debate entre as ideias conservadoras e liberais (que nas décadas finais do Segundo Reinado já estava em certa medida esvaziado), quando visto pela ótica de alguém ligado à classe dirigente e que tem seu sustento de vida garantido pela sua posição e status na sociedade, é retratado como algo superficial e sem desdobramento efetivo na realidade: “A ascensão de um

governo, - de um régimen que fosse, - com as suas ideias novas, os seus homens frescos, leis e aclamações, valia menos para ele que o riso da jovem comediante" (Assis, 1988, p. 94).

De modo análogo, perante os desdobramentos políticos que levam à mudança de regime no país, Aires não busca se inteirar diretamente dos acontecimentos, e apenas faz algumas especulações enquanto almoçava tranquilamente e lia Xenofonte. O trecho do clássico em questão é sobre a recorrência com que os governos são derrubados e outros são instalados em seu lugar, constituindo uma reflexão a respeito da dificuldade em se administrar politicamente a vontade do homem. A sua escolha de leitura põe em evidência o relativismo sistemático com que a personagem lida com os acontecimentos políticos em geral, e nos leva a questionar até mesmo a sabedoria que tantos personagens vêm nele (Gledson, 2003, p. 201). Conforme se vê nesse trecho comentado, o aparente universalismo de que se imbui a personagem é aplicado em um sentido muito particular de relativizar os pontos de vista contrários e de se isentar completamente dos eventos que o circundam. O seu repertório erudito parece figurar como ornamento em seus comentários sobre a política, que na realidade está deturpada pela defesa de interesses de grupos privados (das oligarquias). Buscando sempre evitar a controvérsia e o atrito com as outras pessoas, podemos dizer que o comportamento de Aires constrói uma visão singular de como opera a maneira de se fazer política no Segundo Reinado (que a personagem conhece de dentro), buscando a conciliação de ideias opostas e a amenização dos conflitos políticos. Nesse sentido, o ponto de vista de Aires também é um produto desse momento histórico, e marca um outro modo particular que a elite daquela época tem de lidar com a política, o de relativizar os acontecimentos e de não encarar seriamente os problemas que afligem a sociedade brasileira (a não ser quando a própria posição de privilégio é colocada em xeque).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como buscamos demonstrar, as oposições e reflexões sobre a política no romance vão se mostrando sem fundamentos muito sólidos, constituindo-se como variações de interesses no interior de um mesmo estrato social — o da classe dominante.

De modo geral, as discussões sobre política aparecem mais como defesa de interesses privados do que um verdadeiro conflito de projetos contrários de desenvolvimento do país, isto é, não há embate de visões distintas sobre a construção e o destino da sociedade. Da forma como é retratada no

livro, a política se configura como um embate intraclasse da classe dirigente do país, pois diz respeito a estratégias de manutenção do poder e ao simples exercício do comando por poucos, em que a mudança de regime figura como um rearranjo entre as classes dominantes da oligarquia.

Também a própria figuração dos eventos políticos é esvaziada de seu significado e efeito social, como quando há a Proclamação da República e não vemos nenhum desdobramento efetivo e direto na vida da população e na organização da estrutura de classes. Também não temos notícia de participação popular no curso dos eventos da abolição nem da troca do regime no corpo do romance, o que aponta para uma dissociação entre a vida cotidiana da sociedade e o funcionamento real do Estado.

A aparente falta de sentido do romance, como especula Gledson (2003, p. 189), diz respeito à crítica que o autor busca construir ao meio político conservador de sua época. Assim, nos parece problemático identificar a opinião de Aires ou do narrador do livro com a de Machado de Assis, caracterizando o autor como céptico ou até mesmo pessimista (Gledson, 2003, p. 202). Acreditamos que essa aproximação feita sem mediações constrói um entendimento deturpado da visão do autor e prejudica uma compreensão do real significado pretendido por ele ao representar seu momento histórico dessa maneira específica. É necessário tomar um distanciamento das diferentes perspectivas configuradas em seu livro e buscar pela totalidade de relações (ou até mesmo a ausência delas) para compreender a chave inconformista com que Machado plasmou o funcionamento da sociedade na fatura artística de *Esaú e Jacó*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Machado de. **Esaú e Jacó**. Rio de Janeiro: Garnier, 1988.

AIROSO. In: **MICHAELIS**, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos Ltda, 2020. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/palavra/VKIY/airoso/>>. Acesso em: 25/10/2020.

BOUCINHAS, André Dutra. **Ascensão social no romance do Segundo Reinado**. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) - Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

CORDATO. In: **MICHAELIS**, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos Ltda, 2020. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/cordato>>. Acesso em: 25/10/2020.

GLEDSO, John. **Machado de Assis**: Ficção e História. Tradução de Sônia Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo**: Machado de Assis. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2012.

SCHWARZ, Roberto. “Adequação nacional e originalidade crítica”. In: **Sequências brasileiras**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SOUZA, Ronaldes de Melo e. “As máscaras do narrador em Esaú e Jacó”. In: **O romance tragicômico de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2006.